



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019  
EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
(Processo Administrativo nº 13.747/2018)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio do seu Pregoeiro, designado pelo Ato da Mesa nº 15/2019 de 11 de janeiro de 2019, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Resolução nº 059 – AL/RN, de 16 de fevereiro de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 29 de janeiro de 2019.**

**Horário: 10h (Horário de Brasília).**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para eventual aquisição de material de limpeza, para atender às demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. **A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

#### **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total do item
  - 5.6.2. Marca;
  - 5.6.3. Fabricante;
  - 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia quando for o caso;
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11. **PARA EFEITO DE LANCES E ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS ENCAMINHADAS AO PREGOEIRO, AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO CONSIDERAR AS DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. AS ESPECIFICAÇÕES ORIUNDAS DO CATMAT (SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS) DEVERÃO SER DESCONSIDERADAS, POIS DIVERGEM DO EDITAL OU ESTÃO INCOMPLETAS.**

## **6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
- 7.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 7.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 7.2.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 7.2.4. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo máximo de 40 (quarenta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

7.4.2.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.4.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.4.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.4.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.4.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.4.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.4.2.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

7.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

### **8.3. Habilitação jurídica:**

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

8.3.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3.7. Cópia de RG e CPF dos sócios da empresas participantes.

### **8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

8.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6. **Declaração de parentesco (Modelo ANEXO);**

8.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 8.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6. As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.6.1. Apresentar, pelo menos, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica em nome da Empresa Licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

8.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo máximo de 40 (quarenta) minutos, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [pregaoalrn@hotmail.com](mailto:pregaoalrn@hotmail.com). Posteriormente, poderá ser solicitado que os documentos sejam remetidos em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.2. O Pregoeiro poderá consultar os sítios oficiais emissores de certidões.

8.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal ou trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.10. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.11. A não-regularização fiscal ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 40 (quarenta) minutos, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento, e indicação do representante legal que irá assinar a ata/contrato, com o respectivo número do RG e CPF.

10.1.3. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [pregaoalrn@hotmail.com](mailto:pregaoalrn@hotmail.com).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente comprovado o obstáculo do envio e aceito pela administração.
- 13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados, marca/modelo e demais características.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 14.1. Após a homologação da licitação, dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).
- 14.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para verificar a regularidade fiscal e trabalhista, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

**15. DO PREÇO**

- 15.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**18. DO PAGAMENTO**

- 18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.6. Antes de cada pagamento, a contratada deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a Contratante.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a ALRN, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 303, de 2005.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiaí, 481 - Tirol - Natal/RN**

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregaoalrn@hotmail.com](mailto:pregaoalrn@hotmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Jundiaí, 481, Tirol, Natal/RN, CEP 59.020-120, telefone (84) 3232.9748.

20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.al.rn.gov.br](http://www.al.rn.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Jundiaí, 481, Tirol, Natal/RN, CEP 59.020-120, nos dias



Proc. 13.747/2018

Fis. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

úteis, no horário das 08 horas às 13 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 21.10.2. ANEXO II - Declaração de Parentesco;
- 21.10.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 21.10.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato.

Natal, 14 de janeiro de 2019.

**Thiago Rogério de Melo Jácome**  
**Pregoeiro AL/RN**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do RN, conforme as condições, quantidades e especificações estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.2. As especificações e as quantidades dos itens a serem adquiridos seguem discriminadas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1.	<b>ÁCIDO MURIÁTICO</b> clorídrico, composto de HCL + H <sub>2</sub> O, limpador de base ácida, aplicação: limpeza de pisos e vasos sanitários, aspecto físico: líquido, cor: incolor, <b>frasco com 1.000mL</b> . O produto deverá ter estampado na embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA.	UND	130
2.	<b>ÁGUA SANITÁRIA</b> , aplicação: purificação da água, desinfecção, alvejante e branqueador, solução aquosa, princípio ativo: <b>hipoclorito de sódio 2,5% p/p</b> , aspecto físico: líquido, cor: incolor levemente amarelado, odor característico, solúvel em água, <b>frasco com 1.000mL</b> , atendendo a Portaria MS nº 89, de 25/08/1994. O produto deverá ter estampado na embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Brilhante, Brilux, Tubarão, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>	UND	2.500
3.	<b>ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% (70gl)</b> , para limpeza em geral e desinfecção de ambientes, comprovada eficiência contra bactérias como: Staphylococcus aureus, Salmonella e Pseudomonas aeruginosa, aspecto físico: líquido, límpido, isento de partículas, cor: incolor, não-tóxico, não deixa resíduos, <b>frasco com 1.000mL</b> . O produto deverá ter estampado na embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA.	UND	700
4.	<b>BALDE COM TAMPA</b> para lixo, em material plástico resistente <b>polipropileno (PP)</b> , <b>capacidade: 100 litros</b> , cor: preto, com selo contendo a composição e informações do fabricante fixado na peça ou impressos em relevo. Selo do INMETRO.	UND	5



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

5.	<b>CABELEIRA (REFIL) PARA MOP ÚMIDO (ÁGUA)</b> , composição: <b>100% algodão</b> , ponta dobrada, peso: 340g, cor natural.	<b>UND</b>	30
6.	<b>CESTO TELADO SEM TAMPA</b> para lixo, em plástico resistente <b>polipropileno (PP)</b> , <b>capacidade: 8 a 10 litros</b> , cor: preto, com selo contendo a composição e informações do fabricante fixado na peça ou impressos em relevo. Selo do INMETRO.	<b>UND</b>	60
7.	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> para café, <b>capacidade: 50mL</b> , confeccionado em resina termoplástica, material plástico <b>polipropileno (PP) atóxico</b> , com ou sem a incorporação de aditivos, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas, atendendo aos critérios mínimos de resistência à compressão lateral, fabricado de acordo com a ABNT NBR 14.865/2002 e Resolução 105/1999, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, cor: branca ou transparente, <b>caixa com 50 pacotes de 100 unidades</b> . Selo do INMETRO. <b>Marca de referência: Copobras PP, Altacoppo ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Caixa	50
8.	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> para água, <b>capacidade: de 180mL a 200mL</b> , confeccionado em resina termoplástica, material plástico <b>polipropileno (PP) atóxico</b> , com ou sem a incorporação de aditivos, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas, atendendo aos critérios mínimos de resistência à compressão lateral, fabricado de acordo com a ABNT NBR 14.865/2002 e Resolução 105/1999, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, cor: branca ou transparente, <b>caixa com 25 pacotes de 100 unidades</b> . Selo do INMETRO <b>Marca de referência: Copobras PP, Altacoppo ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Caixa	360
9.	<b>DESODORIZADOR DE AMBIENTE</b> em aerosol, fragrância: lavanda, aplicação geral, perfuma e elimina odores, características adicionais biodegradáveis, <b>frasco com capacidade entre 360mL e 400mL</b> , na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Propelente sem CFC. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar/ de melhor qualidade.</b>	<b>UND</b>	500
10.	<b>ODORIZADOR DE AMBIENTE AUTOMÁTICO (aparelho + refil)</b> , <b>peso: 175g/250-269mL, automatic spray</b> , fragrância: lavanda, aplicação geral, com ajuste de tempo/intensidade, características adicionais biodegradáveis, na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar.</b>	<b>UND</b>	30
11.	<b>DESODORIZADOR DE AMBIENTE – REFIL PARA APARELHO ODORIZADOR AUTOMÁTICO</b> <b>peso: 175g/250-269mL, automatic spray refil</b> , fragrância: lavanda, aplicação geral, características adicionais biodegradáveis, na embalagem deverá constar: composição química,	<b>UND</b>	360



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar.</b>		
12.	<b>DETERGENTE LÍQUIDO LAVA LOUÇAS</b> concentrado, composição mínima: tensoativos biodegradáveis, neutralizante, preservante e sequestrante, não prejudica as mãos, fragrância: neutra, <b>embalagem com 500mL</b> , tampa com bico dosador, uso: lavagem de louças e utensílios de copa e cozinha, inclusive remoção de gorduras, no rótulo deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Limpol, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>	<b>UND</b>	1.488
13.	<b>DETERGENTE (SABÃO) EM PÓ</b> , para limpeza em geral, biodegradável, composição mínima: tensoativos biodegradáveis, coadjuvantes, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência e água, <b>embalagem com 500g</b> , na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Ace, Ala, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>	<b>UND</b>	480
14.	<b>DETERGENTE POLIDOR</b> para alumínio, <b>embalagem com 500ml</b> , composição mínima: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q.s.p, na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Brilhotex, Marilux ou similar.</b>	<b>UND</b>	696
15.	<b>DETERGENTE PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS EM GERAL</b> , <b>embalagem com 5L</b> , matéria ativa aniônica: dodecilbenzeno sulfonato de sódio, perfume: essência floral, contém conservantes e corantes, tensoativos biodegradáveis: poli éter glicólico graxo e alcanolamida de ácidos graxos, especificações físicas: pH (100%): 6,5 a 7,5, viscosidade (Copoford 4/25oC): 9" - 13", uso: limpeza geral, diluição até 1:100 em água, na conservação diária diluição até 1:150, para pisos impermeabilizados diluição até 1:400. <b>Marca de referência: Becker Vulcan Floral ou similar/ de melhor qualidade.</b>	<b>UND</b>	200
16.	<b>DISPENSER PARA HIGIENIZADOR ANTI-BACTERICIDA</b> de mãos, álcool spray antisséptico, material plástico ABS, modelo compacto, fixação de parede, libera aproximadamente 0,2mL por acionamento, para recipiente plástico de 300ml. <b>Marca de referência: Kimberly-Clark Professional, Scott ou similar.</b>	<b>UND</b>	120



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

17.	<b>DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO</b> , com trava, material plástico ABS, para rolo de 200m a 300m, fixação de parede.	UND	15
18.	<b>DISPENSER PARA PAPEL TOALHA</b> bobina de 20cm x 200m, material plástico ABS, autocortante, mecânico, com chave ou dispositivo de abertura rápida, fixação de parede, dimensões aproximadas: 390mm de largura, 465mm de altura, 250mm de profundidade, com registro no Ministério da Saúde. <b>Marca de referência: Exaccta, Fortcom ou similar/ de melhor qualidade.</b>	UND	20
19.	<b>ESPONJA DUPLA FACE</b> , esponja multiuso, antibactérias, espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com mineral abrasivo (lado verde), medidas aproximadas: 11cm x 7,5cm x 2,25cm (formato retangular), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. <b>Marca de referência: Scotch-Brite 3M ou similar/ de melhor qualidade.</b>	UND	1.800
20.	<b>FLANELA PARA LIMPEZA, 100% algodão</b> , macia, alta absorção de umidade, não solta fiapos facilmente, uso: limpeza profunda em geral, cor: branca, bordas costuradas, medidas aproximadas: 40cm x 60cm. O produto deverá conter etiqueta original com informações do fabricante e composição do produto.	UND	600
21.	<b>LIMPADOR DE VIDROS</b> , líquido, sem álcool, livre de fosfatos, composição mínima: tensoativo não iônico biodegradável, solvente, lauril éter sulfato de sódio, coadjuvante, fragrância e água, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos e acrílicos, <b>frasco de 500mL</b> , tampa com válvula de pressão – tipo <b>gatilho</b> com spray pulverizador disposta no lado superior do frasco, na embalagem deverá constar: composição do produto, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao ministério da saúde, nome do químico responsável e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Cif, Uau, Veja, Zap ou similar.</b>	UND	600
22.	<b>LIMPADOR MULTIUSO</b> , para limpeza de uso geral, líquido, com aroma agradável, fragrância floral, inofensivo à pele, <b>embalagem plástica tipo squeeze de 500mL</b> , composição mínima: sulfonato de sódio, sequestrante, coadjuvantes e alquil benzeno, na embalagem deverá constar: composição do produto, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, lote de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Uau, Veja ou similar/ de melhor qualidade.</b>	UND	600
23.	<b>LUVA DE BORRACHA</b> para limpeza pesada, látex natural, sem forro, acabamento clorinado, cano longo, palma e dedos antiderrapantes, anatômica, proteção extra para o antebraço, punho em virola que evita entrada de líquidos, tamanhos P, M e G, a serem determinados no pedido, unidade de medida: par, resistência mecânica e química, registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Danny Longatex ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Par	1.100



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

24.	<b>PANO DE CHÃO, 100% algodão</b> , duplo, cor: branca, alvejado, para limpeza de piso em geral, medidas aproximadas: <b>70cm x 45cm</b> , isento de rasgos, peso mínimo: 130g, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas, alto poder de absorção, o produto deverá conter etiqueta de fábrica costurada com o nome do fabricante, a composição do tecido, a metragem e o código de barras.	UND	1.300
25.	<b>PANO DE PRATO, 100% algodão</b> , cor: branca, liso (sem desenhos), medidas aproximadas: <b>70cm x 40cm</b> , peso mínimo: 60g, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas, alto poder de absorção, lavável, durável, o produto deverá conter etiqueta de fábrica costurada com o nome do fabricante, a composição do tecido, a metragem e o código de barras.	UND	540
26.	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> , tipo rolo, <b>folha dupla</b> de alta qualidade, grofado, sem perfume, 100% fibras naturais, celulose virgem (não-transgênica e não reciclada), não perecível, com excelente alvura e maciez, acabamento picotado, alta resistência a umidade, gramatura de, no mínimo, 100g/m <sup>2</sup> , medidas aproximadas: <b>30m x 10cm</b> , acondicionado em embalagem resistente, com as seguintes informações: composição do papel, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, lote de fabricação, prazo de validade, apresentar ficha técnica; laudo emitido nos últimos 12 meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas garantindo as especificações técnicas do produto exigidas acima; laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o papel não agride a pele do usuário; e laudo de ação microbiológica, comprovando que o papel não contém substâncias nocivas à saúde, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. <b>Fardo com 64 (sessenta e quatro) rolos cada.</b>	Fardo	250
27.	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> , tipo rolo, <b>folha simples</b> de alta qualidade, 100% fibras naturais, celulose virgem (não-transgênica e não reciclada), não perecível, com excelente alvura e maciez, alta resistência a umidade, gramatura de, no mínimo, 100g/m <sup>2</sup> , medidas aproximadas: <b>300m x 10cm</b> , acondicionado em embalagem resistente, com as seguintes informações: composição do papel, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, lote de fabricação, prazo de validade, apresentar ficha técnica; laudo emitido nos últimos 12 meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas garantindo as especificações técnicas do produto exigidas acima; laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o papel não agride a pele do usuário; e laudo de ação microbiológica, comprovando que o papel não contém substâncias nocivas à saúde, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. <b>Fardo com 8 (oito) rolos cada.</b>	Fardo	300
28.	<b>PAPEL TOALHA BOBINA</b> , folhas simples, cor: branca, <b>200m x 20cm (largura) x 15,5cm (diâmetro)</b> , 100% fibras naturais, celulose virgem (não transgênica e não reciclada), alta qualidade, excelente alvura e maciez, gramatura entre 35g-40g/m <sup>2</sup> , acondicionado em embalagem resistente, na qual deverá constar: informações do fabricante e composição estampados no corpo da embalagem. Deverá apresentar	Caixa	500



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	laudo de ação microbiológica emitido pelo laboratório central da ANVISA e laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o produto apresentado em embalagem original, não agride a pele do usuário e nem contém substâncias nocivas à saúde do usuário. <b>Caixa com 6 rolos cada.</b>		
29.	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO</b> , 100% celulose virgem (não transgênica e não reciclada), cor branca, folhas simples, com 2 ou 3 dobras, medidas aproximadas: <b>22cm-23cm (comprimento) x 20cm-22cm (largura)</b> , possui excelente alvura, maciez e boas propriedades de resistência ao estado úmido, alta absorção, não causa irritações dérmicas. Deverá apresentar laudo de ação microbiológica emitido pelo laboratório central da ANVISA e laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o produto apresentado em embalagem original, não agride a pele do usuário e nem contém substâncias nocivas à saúde do usuário. <b>Fardo com 6 pacotes com 200 folhas cada (1200 folhas).</b>	Fardo	1.300
30.	<b>PASTILHA SANITÁRIA ADESIVA</b> , desodorizante, para colocação em vaso sanitário, fragrâncias diversas, dissolve lentamente, alta aderência, na embalagem deve constar: composição, nome e registro do químico responsável, informações do fabricante, data de fabricação e validade, indicações e precauções de uso, registro na ANVISA. <b>Caixa com 3 unidades. Marca de referência: Pato Johnson, Inspira Limppano, Harpic ou similar.</b>	Caixa	100
31.	<b>RODO 1m</b> para limpeza profissional de metal galvanizado, cabo de alumínio medindo, pelo menos, 1,2m, borracha dupla reforçada, macia, que pode ser substituída facilmente por refil, fixada na parte inferior da base de 1m, possui barra de reforço lateral para maior durabilidade, registro no INMETRO.	UND	10
32.	<b>RODO 30cm</b> para limpeza profissional de metal, cabo de alumínio medindo, pelo menos, 1,2m, borracha dupla reforçada, macia, que pode ser substituída facilmente por refil, fixada na parte inferior da base de 30cm, registro no INMETRO.	UND	60
33.	<b>SABÃO EM BARRA</b> , para limpeza em geral, glicerinado, espumante, barra com 200g, registro no Ministério da Saúde, na embalagem deverá constar: químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante.	UND	1.000
34.	<b>SABONETE LÍQUIDO</b> cremoso, uso em reservatório de saboneteira plástica, diversas fragrâncias, aplicação: limpeza das mãos, composição mínima: detergentes, espessantes, espumantes, perolizante, hidratante, fragrância, corante e isotiazolinonas, <b>embalagem plástica</b> original do fabricante tipo <b>bombona, contendo 5L</b> , na embalagem deverá constar: registro no Ministério da Saúde, indicação do químico responsável, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante. <b><u>Deverá constar no rótulo as informações previstas na Resolução nº 335/1999 (Art. 7º) e Resolução RDC nº 211/2005 (Anexo IV – ANVISA – Ministério da Saúde).</u></b>	UND	150
35.	<b>SABONETEIRA PARA SABONETE LÍQUIDO CREMOSO</b> , em plástico ABS de alta resistência, acionamento com botoeira de ejeção, bico dosador que impeça vazamentos, com reservatório de <b>capacidade mínima de 800mL</b> ,	UND	20



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	dimensões mínimas: 21,5cm x 9cm x 9cm, tipo fixação na parede com buchas e parafusos, cor: branca (frente) e cristal (reservatório), na embalagem deverá constar: dados de identificação do produto e marca do fabricante, em conformidade com as NBR vigentes. <b>Marca de referência: Jofel, JSN, ou similar.</b>		
36.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>40l</b> , cor preta ou azul, matéria prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 5,0 micras, anfonado lateralmente e com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 60cm x 60cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>	Pacote	650
37.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>60l</b> , cor preta ou azul, material prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 8,0 micras, anfonado lateralmente e com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 55cm x 65cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>	Pacote	600
38.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>200L</b> , cor: preta ou azul, material prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 8,0 micras, anfonado lateralmente e com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 105cm x 105cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. Modelo apropriado para restaurantes, jardinagem, escolas, hotéis e indústrias. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>	Pacote	450
39.	<b>SACOLA PLÁSTICA</b> , tipo de supermercado, com alças, cor: branca, lisa, alta densidade, alta resistência, reforçada, medidas aproximadas: 50cm x 70cm, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas. <b>Fardo com 1.000 unidades cada.</b>	Fardo	20
40.	<b>TELA ODORIZANTE</b> para mictório, plástico PVC injetado, biodegradável, fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização, indicada para mictório de parede, diversas fragrâncias, medidas aproximadas: 185mm x 160mm, registro no Ministério da Saúde e na ANVISA.	<b>UND</b>	60
41.	<b>VASELINA LÍQUIDA</b> para limpeza geral, sem odor, <b>1.000ml</b> , na embalagem deverá constar: químico responsável, data de fabricação e de validade, composição e informação do fabricante.	<b>UND</b>	100

1.3. Informe-se que os itens objeto deste instrumento visam suprir as necessidades básicas mínimas e indispensáveis para a continuidade do atendimento das demandas dos diversos setores desta Casa Legislativa, observado o Princípio da Padronização, que impõe a compatibilidade entre especificações



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

1.4. A escolha da proposta mais vantajosa deverá atender, no que couber, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

1.5. A aceitação dos materiais se vincula à quantidade dos produtos e ao atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência.

1.6. Os quantitativos previstos no objeto deste Termo de Referência refletem apenas uma estimativa de contratação possível. Por se tratar de quantitativo estimado, não se obriga a Contratante a cumprir tais quantitativos, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues e aceitos pela fiscalização da ALRN.

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. Justifica-se o registro de preços para aquisição dos produtos solicitados por se configurarem como necessários para a manutenção e funcionamento da Assembleia Legislativa, vez que sua aquisição já faz parte do uso comum deste e de qualquer órgão público.

2.2. Ademais, a adoção do registro de preços se enquadra na previsão do art. 3º, incisos I e II, da Resolução nº 059/2017, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Legislativo Estadual, por haver necessidade de contratações parceladas e por não ser possível mensurar previamente as quantidades exatas de materiais a serem demandados pela Administração.

2.3. Saliente-se que o quantitativo demandado foi estimado com base na análise dos registros das solicitações junto aos setores demandantes efetuadas ao longo dos últimos 12 (doze) meses, bem como do estoque ainda existente no Almoxarifado.

2.4. A adoção da modalidade Pregão se justifica em razão de os bens licitados serem de natureza comum, consoante apregoa o art. 1º, caput e parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. **Consideram-se bens e serviços comuns**, para os fins e efeitos deste artigo, **aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado**”. (grifos nossos)

2.5. Sobre o tema, e com muito mais propriedade, manifestou-se a doutrina justamente para rechaçar a errônea sinonímia entre “comum” e “simples”, sendo oportuno trazer à baila os dois excertos seguintes:

“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade Pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto”. (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres, Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 7ª ed. Renovar, 2007, p. 1054)

“[...] o objeto comum para fins de cabimento da licitação por Pregão não é mero sinônimo de simples, padronizado e de aquisição rotineira. Bens e serviços com tais características estão incluídos na categoria de comuns da Lei 10.520/2002, mas não só. Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de ser contratados por meio de Pregão. O que se exige é que a técnica neles



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital". (Vera Scarpinella, in Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p. 81)

### **3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

3.1. O critério de julgamento adotado será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, atendendo ao disposto no art. 4º, X, da Lei nº 10.520/2002, e às especificações e características técnicas contidas no presente Termo de Referência.

### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da ALRN, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, conforme art. 10, XI, "c", da Resolução nº 059/2017.

4.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrida após a data da apresentação da Proposta de Preços, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderá implicar na revisão destes, na forma da Resolução nº 059/2017.

4.2.1. Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico / financeiro do Contrato será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos-retribuições inicialmente pactuadas.

### **5. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE VALIDADE**

5.1. A Empresa Contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência, na quantidade solicitada pela Administração, respeitado o limite legal, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, a contar do dia subsequente ao do pedido formal de fornecimento – recebimento da Nota de Empenho.

5.1.1. Em casos excepcionais devidamente comprovados por meio de documentos apresentados pela Contratada, poderá ser concedida prorrogação dos prazos descritos nesta cláusula, observado o limite máximo do término do contrato.

5.1.2. A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser protocolizada no Protocolo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no Edifício Sede da ALRN, Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN, no horário de 8h às 15h de segunda a quinta-feira e de 8h às 13h na sexta-feira, ficando a critério do Gestor do Contrato a sua aceitação.

5.2. Os bens de consumo dispostos neste Termo de Referência **deverão possuir, na data da entrega, prazo de validade restante correspondente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do prazo máximo de validade do produto, impresso no rótulo**, tendo sempre como marco inicial a data da efetiva entrega do item à Contratante.

5.2.1. Durante o período de validade, a Contratada, independentemente de ser ou não fabricante do produto, obriga-se a substituir, sem ônus para a ALRN, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, a contar da notificação.

5.3. A entrega dos itens deverá ser realizada no **ALMOXARIFADO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, localizado na Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN, no horário das 08h às 15h de segunda a quinta-feira e de 08h às 13h na sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

5.3.1. Todos os itens devem ser entregues em perfeito estado, sem amassados, em embalagens que garantam a integridade física dos mesmos, nas condições e temperatura indicados pelo fabricante, separados por lote e prazos de validade.

5.4. O recebimento do material não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal da empresa por problemas causados durante o uso dos itens adquiridos, nem exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

5.5. **Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência** ou quando se verificar a falta de qualidade ou de segurança, devendo ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os custos de substituição de itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada, sendo vedado à Fiscalização se responsabilizar pelo encaminhamento dos bens rejeitados, mesmo que seja por sedex a cobrar.

5.7. Os itens deverão apresentar a embalagem em perfeito estado (em embalagem original íntegra, com lacre de segurança, sem aderência ao produto e sem umidade), nas condições de temperatura exigida no rótulo. Todos os dados devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada material entregue. No ato de entrega será observado, para os bens que assim o exijam, o devido registro no órgão competente, bem como, a adequação técnica às normas estabelecidas pelos órgãos competentes, no que couber.

5.8. Os materiais devem ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário (o documento deverá estar disponível no carro de transporte) e atender as Boas Práticas de Transporte. O transporte do material deve ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante.

5.9. Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.10. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN, de acordo com a seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da ordem de compra; e
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contado do atesto da respectiva Nota Fiscal, em conjunto com o recibo de que trata o Art. 73, §1º, *in fine*, da Lei nº 8.666/1993.

5.11. A liquidação do que fora contratado será processada mediante o atesto referido no subitem anterior, alínea b, em até 5 (cinco) dias corridos após sua realização.

## **6. DA AMOSTRA**

6.1. O licitante vencedor de cada item se obriga a encaminhar, quando necessário ou solicitado, amostra para análise, no prazo máximo de 3 dias úteis, contados da notificação encaminhada pelo Pregoeiro.

6.2. O prazo estabelecido no subitem anterior é improrrogável.

6.3. As amostras serão analisadas pelo Almoxarifado da ALRN, que emitirá termo, informando a aceitação ou recusa das mesmas.

6.4. As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, ficando como crédito a ser descontado do montante total da Ata de Registro de Preços.

6.5. As amostras recusadas deverão ser retiradas pelo licitante no prazo máximo de 3 dias úteis, na Sede da ALRN, contados do recebimento de notificação.

6.6. As amostras que não forem retiradas dentro do prazo estabelecido serão destruídas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

**7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

7.1. O servidor Wanderley Alves Moura, matrícula 205.990-8, exercerá a fiscalização do contrato resultante deste Termo de Referência que registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

7.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do mesmo.

**8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. A Dotação Orçamentária deverá ser informada pela Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em momento oportuno, após a realização de pesquisa mercadológica.

**9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do atesto da Nota Fiscal, ou, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

9.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.

9.3. A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com CNPJ diverso do registrado no certame.

9.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à Contratada e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

9.5. A Nota Fiscal, acompanhada das certidões listadas abaixo, deverá ser apresentada no Almoxarifado no momento da entrega do material.

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (conjuntas);
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

9.5.1. A ausência de comprovação da regularidade fiscal não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização, sob pena de cancelamento do registro de preços.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/1993, a Contratada deverá:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 10.1.2. Manter a regularidade jurídica, econômica, financeira e fiscal e a qualificação técnica durante toda a execução do contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes no Termo de Referência e no Edital de licitação;
- 10.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.4. Submeter-se à fiscalização da Contratante e designar preposto para atender as solicitações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na execução do contrato;
- 10.1.5. Informar imediatamente à Contratante as alterações de dados, como endereço, telefone e nome de representantes que possam influenciar na comunicação entre as partes;
- 10.1.6. Atender as convocações da Contratante, cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de contratos, seja para assinatura de aditivos;
- 10.1.7. Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou ordem de compra expedida pela Contratante, atendendo todas as condições previstas no Termo de Referência e no Edital de licitação;
- 10.1.8. Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos;
- 10.1.9. O aceite/aprovação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência verificadas posteriormente, garantindo-se a Assembleia Legislativa as faculdades previstas na Lei nº 8.078/1990;
- 10.1.10. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos;
- 10.1.11. Manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso;
- 10.1.12. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- 10.1.13. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 10.1.14. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/1993, a Contratante deverá:
  - 11.1.1. Emitir a Nota de Empenho;
  - 11.1.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Contrato, do Edital e dos Anexos;
  - 11.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;
  - 11.1.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela licitante Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a ALRN notificá-la sobre eventuais alterações destas condições;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 11.1.5. Efetuar a gestão do contrato e exercer o efetivo acompanhamento da sua execução, recebendo o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.1.6. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.7. Notificar a Contratada por escrito da observância de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades dos objetos fornecidos, fiscalizando a substituição deles dentro do prazo fixado;
- 11.1.8. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, quando necessário;
- 11.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 11.1.10. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega do material, na forma do contrato;
- 11.1.11. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela Contratada, em conformidade com a legislação vigente.

## **12. DAS SANÇÕES**

12.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará a Contratada às penalidades previstas em lei, conforme o disposto abaixo.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar o retardamento da execução do objeto;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal.

12.3. Com fulcro no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, o órgão Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Norte pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão contratante à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não à penalidade de multa da alínea "b".



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

12.5. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” poderão ser interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.6. No caso das penalidades previstas na alínea “d”, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados anteriormente.

12.8. As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999 e a Lei Estadual nº 303/2005.

**13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1. A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no mínimo, 1(um) atestado ou declaração de capacidade técnica, exclusivamente em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

Natal/RN, \_\_\_\_\_ de outubro de 2019.

**Wanderley Alves de Moura**

Chefe de Divisão de Gestão de Material e Patrimônio

**DESPACHO**

De acordo com a legislação vigente, **APROVO** e **AUTORIZO** o presente Termo de Referência.

**Augusto Carlos Garcia de Viveiros**  
Diretor Geral da ALRN



Proc. 13.747/2018

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO  
(usar papel timbrado da empresa)**

PREGÃO Nº. XXX/2019 – AL/RN

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF, nº \_\_\_\_\_, com endereço na av./rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que:

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores NÃO SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte;

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, abaixo identificado(s):

Nome:

Cargo/Membro:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Local e data,

---

Carimbo (ou nome legível) e assinatura  
Representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2019.**  
PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2019.

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXXXXXX** do ano de 2019, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, com sede à Praça Sete de Setembro, S/N – Cidade Alta - Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 08.493.371/0001-64, neste ato representada pelo **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Dep. Ezequiel Galvão Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, oriundo do Processo Administrativo nº 13.747/2018, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Resolução nº 059, de 16 de fevereiro de 2017 - ALRN, e subsidiariamente as normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, homologado em **XX de XXXXX de 2019**, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, como segue:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de material de limpeza, conforme o Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXX							
CNPJ: XXXXXXXX				TEL: (XX) XXXXX			
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX							
REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXXXXXXX							
RG: XXXXXXXX				CPF: XXXXXXXXXXXX			
ITEM ARP	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UND	QTD	R\$ UNT.	R\$ TOTAL

**3. VALIDADE DA ATA**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 1 (um) ano, a contar da data da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da AL/RN, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

**4. REVISÃO E CANCELAMENTO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 4.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 4.9.2. A pedido do fornecedor.

## **5. PRAZO DE ENTREGA**

- 5.1. A Empresa Contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência, na quantidade solicitada pela Administração, respeitado o limite legal, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, a contar do dia subsequente ao do pedido formal de fornecimento – recebimento da Nota de Empenho.
- 5.1.1. Em casos excepcionais devidamente comprovados por meio de documentos apresentados pela Contratada, poderá ser concedida prorrogação dos prazos descritos nesta cláusula, observado o limite máximo do término do contrato.
- 5.1.2. A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser protocolizada no Protocolo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande



Proc. 13.747/2018

Fis. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

do Norte, localizado no Edifício Sede da ALRN, Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN, no horário de 8h às 15h de segunda a quinta-feira e de 8h às 13h na sexta-feira, ficando a critério do Gestor do Contrato a sua aceitação.

**6. CONDIÇÕES GERAIS**

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Presidente/AL-RN  
Gestor**

**Representante do Fornecedor Registrado  
CNPJ/MF: xxxxxxxxxxxx**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN

#### ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº. XXX/201X  
PROCESSO nº. 13.747/2018

**MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE E EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.493.371/0001-64, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta, representada neste ato por seu Presidente, **DEPUTADO EZEQUIEL GALVÃO FERREIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 414.005.854-49, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº **XXX**, Bairro **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXX/XX**, CEP: **XXXXX-XXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº. **XXXX**, expedida pelo órgão **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 13.747/2018, em observância às disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico XXX/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais de limpeza para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do RN, conforme as condições, quantidades e especificações estabelecidas neste CONTRATO.

1.2. As especificações e as quantidades dos itens a serem adquiridos seguem discriminadas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
	<b>ÁCIDO MURIÁTICO</b> clorídrico, composto de HCL + H2O, limpador de base ácida, aplicação: limpeza de pisos e vasos sanitários, aspecto físico: líquido, cor: incolor, <b>frasco com 1.000mL</b> . O produto deverá ter estampado na embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA.	Unidade	130
2.	<b>ÁGUA SANITÁRIA</b> , aplicação: purificação da água, desinfecção, alvejante e branqueador, solução aquosa, princípio ativo: <b>hipoclorito de sódio 2,5% p/p</b> , aspecto físico: líquido, cor: incolor levemente amarelado, odor característico, solúvel em água, <b>frasco com 1.000mL</b> , atendendo a Portaria MS nº 89, de 25/08/1994. O produto deverá ter estampado na	Unidade	2.500



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Brilhante, Brilux, Tubarão, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>		
3.	<b>ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% (70gl)</b> , para limpeza em geral e desinfecção de ambientes, comprovada eficiência contra bactérias como: Staphylococcus aureus, Salmonella e Pseudomonas aeruginosa, aspecto físico: líquido, límpido, isento de partículas, cor: incolor, não-tóxico, não deixa resíduos, <b>frasco com 1.000mL</b> . O produto deverá ter estampado na embalagem/rótulo: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número de telefone do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto, selo do INMETRO e registro na ANVISA.	Unidade	700
4.	<b>BALDE COM TAMPA</b> para lixo, em material plástico resistente <b>polipropileno (PP)</b> , <b>capacidade: 100 litros</b> , cor: preto, com selo contendo a composição e informações do fabricante fixado na peça ou impressos em relevo. Selo do INMETRO.	Unidade	5
5.	<b>CABELEIRA (REFIL) PARA MOP ÚMIDO (ÁGUA)</b> , composição: <b>100% algodão</b> , ponta dobrada, peso: 340g, cor natural.	Unidade	30
6.	<b>CESTO TELADO SEM TAMPA</b> para lixo, em plástico resistente <b>polipropileno (PP)</b> , <b>capacidade: 8 a 10 litros</b> , cor: preto, com selo contendo a composição e informações do fabricante fixado na peça ou impressos em relevo. Selo do INMETRO.	Unidade	60
7.	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> para café, <b>capacidade: 50mL</b> , confeccionado em resina termoplástica, material plástico <b>polipropileno (PP) atóxico</b> , com ou sem a incorporação de aditivos, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas, atendendo aos critérios mínimos de resistência à compressão lateral, fabricado de acordo com a ABNT NBR 14.865/2002 e Resolução 105/1999, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cor: branca ou transparente, <b>caixa com 50 pacotes de 100 unidades</b> . Selo do INMETRO. <b>Marca de referência: Copobras PP, Altacoppo ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Caixa	50
8.	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> para água, <b>capacidade: de 180mL a 200mL</b> , confeccionado em resina termoplástica, material plástico <b>polipropileno (PP) atóxico</b> , com ou sem a incorporação de aditivos, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas, atendendo aos critérios mínimos de resistência à compressão lateral, fabricado de acordo com a ABNT NBR 14.865/2002 e Resolução 105/1999, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cor: branca ou transparente, <b>caixa com 25 pacotes de 100 unidades</b> . Selo do INMETRO <b>Marca de referência: Copobras PP, Altacoppo ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Caixa	360



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

9.	<b>DESODORIZADOR DE AMBIENTE</b> em aerosol, fragrância: lavanda, aplicação geral, perfuma e elimina odores, características adicionais biodegradáveis, <b>frasco com capacidade entre 360mL e 400mL</b> , na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Propelente sem CFC. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	500
10.	<b>ODORIZADOR DE AMBIENTE AUTOMÁTICO (aparelho + refil), peso: 175g/250-269mL, automatic spray</b> , fragrância: lavanda, aplicação geral, com ajuste de tempo/intensidade, características adicionais biodegradáveis, na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar.</b>	Unidade	30
11.	<b>DESODORIZADOR DE AMBIENTE – REFIL PARA APARELHO ODORIZADOR AUTOMÁTICO peso: 175g/250-269mL, automatic spray refil</b> , fragrância: lavanda, aplicação geral, características adicionais biodegradáveis, na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Air Wick, Glade ou similar.</b>	Unidade	360
12.	<b>DETERGENTE LÍQUIDO LAVA LOUÇAS</b> concentrado, composição mínima: tensoativos biodegradáveis, neutralizante, preservante e sequestrante, não prejudica as mãos, fragrância: neutra, <b>embalagem com 500mL</b> , tampa com bico dosador, uso: lavagem de louças e utensílios de copa e cozinha, inclusive remoção de gorduras, no rótulo deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Limpol, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	1.488
13.	<b>DETERGENTE (SABÃO) EM PÓ</b> , para limpeza em geral, biodegradável, composição mínima: tensoativos biodegradáveis, coadjuvantes, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência e água, <b>embalagem com 500g</b> , na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Ace, Ala, Ypê ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	480



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

14.	<b>DETERGENTE POLIDOR</b> para alumínio, <b>embalagem com 500ml</b> , composição mínima: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q.s.p, na embalagem deverá constar: composição química, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato e número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, data de fabricação e de validade, indicações e precauções de uso. Registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Brillhotex, Marilux ou similar.</b>	Unidade	696
15.	<b>DETERGENTE PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS EM GERAL, embalagem com 5L</b> , matéria ativa aniônica: dodecilbenzeno sulfonato de sódio, perfume: essência floral, contém conservantes e corantes, tensoativos biodegradáveis: poli éter glicólico graxo e alcanolamida de ácidos graxos, especificações físicas: pH (100%): 6,5 a 7,5, viscosidade (Copoford 4/25oC): 9" - 13", uso: limpeza geral, diluição até 1:100 em água, na conservação diária diluição até 1:150, para pisos impermeabilizados diluição até 1:400. <b>Marca de referência: Becker Vulcan Floral ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	200
16.	<b>DISPENSER PARA HIGIENIZADOR ANTI-BACTERICIDA</b> de mãos, álcool spray antisséptico, material plástico ABS, modelo compacto, fixação de parede, libera aproximadamente 0,2mL por acionamento, para recipiente plástico de 300ml. <b>Marca de referência: Kimberly-Clark Profissional, Scott ou similar.</b>	Unidade	120
17.	<b>DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO</b> , com trava, material plástico ABS, para rolo de 200m a 300m, fixação de parede.	Unidade	15
18.	<b>DISPENSER PARA PAPEL TOALHA</b> bobina de 20cm x 200m, material plástico ABS, autocortante, mecânico, com chave ou dispositivo de abertura rápida, fixação de parede, dimensões aproximadas: 390mm de largura, 465mm de altura, 250mm de profundidade, com registro no Ministério da Saúde. <b>Marca de referência: Exaccta, Fortcom ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	20
19.	<b>ESPONJA DUPLA FACE</b> , esponja multiuso, antibactérias, espuma de poliuretano com bactericida (lado amarelo) e fibra sintética com mineral abrasivo (lado verde), medidas aproximadas: 11cm x 7,5cm x 2,25cm (formato retangular), embaladas individualmente com identificação da marca e do fabricante. A composição, o prazo de validade e as medidas deverão estar destacados nas embalagens individuais. <b>Marca de referência: Scotch-Brite 3M ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	1.800
20.	<b>FLANELA PARA LIMPEZA, 100% algodão</b> , macia, alta absorção de umidade, não solta fiapos facilmente, uso: limpeza profunda em geral, cor: branca, bordas costuradas, medidas aproximadas: 40cm x 60cm. O produto deverá conter etiqueta original com informações do fabricante e composição do produto.	Unidade	600
21.	<b>LIMPADOR DE VIDROS</b> , líquido, sem álcool, livre de fosfatos, composição mínima: tensoativo não iônico biodegradável, solvente, lauril éter sulfato de sódio, coadjuvante, fragrância e água, destinado para limpeza e brilho de vidros, vitrines, janelas, espelhos e acrílicos, <b>frasco de 500mL</b> , tampa com válvula de pressão – tipo <b>gatilho</b> com spray pulverizador disposta no	Unidade	600



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	lado superior do frasco, na embalagem deverá constar: composição do produto, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao ministério da saúde, nome do químico responsável e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Cif, Uau, Veja, Zap ou similar.</b>		
22.	<b>LIMPADOR MULTIUSO</b> , para limpeza de uso geral, líquido, com aroma agradável, fragrância floral, inofensivo à pele, <b>embalagem plástica tipo squeeze de 500mL</b> , composição mínima: sulfonato de sódio, sequestrante, coadjuvantes e alquil benzeno, na embalagem deverá constar: composição do produto, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, nome do químico responsável, lote de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Uau, Veja ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Unidade	600
23.	<b>LUVA DE BORRACHA</b> para limpeza pesada, látex natural, sem forro, acabamento clorinado, cano longo, palma e dedos antiderrapantes, anatômica, proteção extra para o antebraço, punho em virola que evita entrada de líquidos, tamanhos P, M e G, a serem determinados no pedido, unidade de medida: par, resistência mecânica e química, registro na ANVISA. <b>Marca de referência: Danny Longatex ou similar/ de melhor qualidade.</b>	Par	1.100
24.	<b>PANO DE CHÃO, 100% algodão</b> , duplo, cor: branca, alvejado, para limpeza de piso em geral, medidas aproximadas: <b>70cm x 45cm</b> , isento de rasgos, peso mínimo: 130g, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas, alto poder de absorção, o produto deverá conter etiqueta de fábrica costurada com o nome do fabricante, a composição do tecido, a metragem e o código de barras.	Unidade	1.300
25.	<b>PANO DE PRATO, 100% algodão</b> , cor: branca, liso (sem desenhos), medidas aproximadas: <b>70cm x 40cm</b> , peso mínimo: 60g, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas, alto poder de absorção, lavável, durável, o produto deverá conter etiqueta de fábrica costurada com o nome do fabricante, a composição do tecido, a metragem e o código de barras.	Unidade	540
26.	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> , tipo rolo, <b>folha dupla</b> de alta qualidade, grofado, sem perfume, 100% fibras naturais, celulose virgem (não-transgênica e não reciclada), não perecível, com excelente alvura e maciez, acabamento picotado, alta resistência a umidade, gramatura de, no mínimo, 100g/m <sup>2</sup> , medidas aproximadas: <b>30m x 10cm</b> , acondicionado em embalagem resistente, com as seguintes informações: composição do papel, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, lote de fabricação, prazo de validade, apresentar ficha técnica; laudo emitido nos últimos 12 meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas garantindo as especificações técnicas do produto exigidas acima; laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o papel não agride a pele do usuário; e laudo de ação microbiológica, comprovando que o papel não contém	Fardo	250



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	substâncias nocivas à saúde, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. <b>Fardo com 64 (sessenta e quatro) rolos cada.</b>		
27.	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> , tipo rolo, <b>folha simples</b> de alta qualidade, 100% fibras naturais, celulose virgem (não-transgênica e não reciclada), não perecível, com excelente alvura e maciez, alta resistência a umidade, gramatura de, no mínimo, 100g/m <sup>2</sup> , medidas aproximadas: <b>300m x 10cm</b> , acondicionado em embalagem resistente, com as seguintes informações: composição do papel, razão social, CNPJ, endereço com telefone de contato, número da autorização de funcionamento do fabricante junto ao Ministério da Saúde, lote de fabricação, prazo de validade, apresentar ficha técnica; laudo emitido nos últimos 12 meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas garantindo as especificações técnicas do produto exigidas acima; laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o papel não agride a pele do usuário; e laudo de ação microbiológica, comprovando que o papel não contém substâncias nocivas à saúde, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. <b>Fardo com 8 (oito) rolos cada.</b>	Fardo	300
28.	<b>PAPEL TOALHA BOBINA</b> , folhas simples, cor: branca, <b>200m x 20cm (largura) x 15,5cm (diâmetro)</b> , 100% fibras naturais, celulose virgem (não transgênica e não reciclada), alta qualidade, excelente alvura e maciez, gramatura entre 35g-40g/m <sup>2</sup> , acondicionado em embalagem resistente, na qual deverá constar: informações do fabricante e composição estampados no corpo da embalagem. Deverá apresentar laudo de ação microbiológica emitido pelo laboratório central da ANVISA e laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o produto apresentado em embalagem original, não agride a pele do usuário e nem contém substâncias nocivas à saúde do usuário. <b>Caixa com 6 rolos cada.</b>	Caixa	500
29.	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO</b> , 100% celulose virgem (não transgênica e não reciclada), cor branca, folhas simples, com 2 ou 3 dobras, medidas aproximadas: <b>22cm-23cm (comprimento) x 20cm-22cm (largura)</b> , possui excelente alvura, maciez e boas propriedades de resistência ao estado úmido, alta absorção, não causa irritações dérmicas. Deverá apresentar laudo de ação microbiológica emitido pelo laboratório central da ANVISA e laudo de irritabilidade dérmica, comprovando que o produto apresentado em embalagem original, não agride a pele do usuário e nem contém substâncias nocivas à saúde do usuário. <b>Fardo com 6 pacotes com 200 folhas cada (1200 folhas).</b>	Fardo	1.300
30.	<b>PASTILHA SANITÁRIA ADESIVA</b> , desodorizante, para colocação em vaso sanitário, fragrâncias diversas, dissolve lentamente, alta aderência, na embalagem deve constar: composição, nome e registro do químico responsável, informações do fabricante, data de fabricação e validade, indicações e precauções de uso, registro na ANVISA. <b>Caixa com 3 unidades. Marca de referência: Pato Johnson, Inspira Limppano, Harpic ou similar.</b>	Caixa	100
31.	<b>RODO 1m</b> para limpeza profissional de metal galvanizado, cabo de alumínio medindo, pelo menos, 1,2m, borracha dupla reforçada, macia, que pode ser substituída facilmente por refil, fixada na parte inferior da	Unidade	10



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	base de 1m, possui barra de reforço lateral para maior durabilidade, registro no INMETRO.		
32.	<b>RODO 30cm</b> para limpeza profissional de metal, cabo de alumínio medindo, pelo menos, 1,2m, borracha dupla reforçada, macia, que pode ser substituída facilmente por refil, fixada na parte inferior da base de 30cm, registro no INMETRO.	Unidade	60
33.	<b>SABÃO EM BARRA</b> , para limpeza em geral, glicerinado, espumante, barra com 200g, registro no Ministério da Saúde, na embalagem deverá constar: químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante.	Unidade	1.000
34.	<b>SABONETE LÍQUIDO</b> cremoso, uso em reservatório de saboneteira plástica, diversas fragrâncias, aplicação: limpeza das mãos, composição mínima: detergentes, espessantes, espumantes, perolizante, hidratante, fragrância, corante e isotiazolinonas, <b>embalagem plástica</b> original do fabricante tipo <b>bombona</b> , <b>contendo 5L</b> , na embalagem deverá constar: registro no Ministério da Saúde, indicação do químico responsável, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante. <b><u>Deverá constar no rótulo as informações previstas na Resolução nº 335/1999 (Art. 7º) e Resolução RDC nº 211/2005 (Anexo IV – ANVISA – Ministério da Saúde).</u></b>	Unidade	150
35.	<b>SABONETEIRA PARA SABONETE LÍQUIDO CREMOSO</b> , em plástico ABS de alta resistência, acionamento com botoeira de ejeção, bico dosador que impeça vazamentos, com reservatório de <b>capacidade mínima de 800mL</b> , dimensões mínimas: 21,5cm x 9cm x 9cm, tipo fixação na parede com buchas e parafusos, cor: branca (frente) e cristal (reservatório), na embalagem deverá constar: dados de identificação do produto e marca do fabricante, em conformidade com as NBR vigentes. <b>Marca de referência: Jofel, JSN, ou similar.</b>	Unidade	20
36.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>40L</b> , cor preta ou azul, matéria prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 5,0 micras, anfonado lateralmente e com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 60cm x 60cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>	Pacote	650
37.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>60L</b> , cor preta ou azul, material prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 8,0 micras, anfonado lateralmente e com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 55cm x 65cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>	Pacote	600
38.	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO</b> , capacidade: <b>200L</b> , cor: preta ou azul, material prima 100% reciclável PEBD polietileno de baixa densidade 97%, reforçado, espessura mínima de 8,0 micras, anfonado lateralmente e	Pacote	450



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Assembleia Legislativa - Prédio Anexo  
Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN

	com costura eletrônica no fundo, dimensões mínimas: 105cm x 105cm, original do fabricante. Indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante estampados na embalagem. Os sacos devem ser confeccionados de acordo com as normas da ABNT NBR 9191/2008. Modelo apropriado para restaurantes, jardinagem, escolas, hotéis e indústrias. <b>Pacote com 100 unidades cada.</b>		
39.	<b>SACOLA PLÁSTICA</b> , tipo de supermercado, com alças, cor: branca, lisa, alta densidade, alta resistência, reforçada, medidas aproximadas: 50cm x 70cm, podendo haver variação para mais ou para menos de no máximo 10% nas medidas. <b>Fardo com 1.000 unidades cada.</b>	Fardo	20
40.	<b>TELA ODORIZANTE</b> para mictório, plástico PVC injetado, biodegradável, fórmula com essência hiperconcentrada contendo bactericida que permita a odorização, indicada para mictório de parede, diversas fragrâncias, medidas aproximadas: 185mm x 160mm, registro no Ministério da Saúde e na ANVISA.	Unidade	60
41.	<b>VASELINA LÍQUIDA</b> para limpeza geral, sem odor, <b>1.000mL</b> , na embalagem deverá constar: químico responsável, data de fabricação e de validade, composição e informação do fabricante.	Unidade	100

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Pregão Eletrônico **XXX/2019**, Ata de Registro de Preços nº **XX/2019**.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total pago à Contratada pela aquisição do material de consumo e dos equipamentos objeto deste Contrato será de R\$ **XXX,XX (XXXXXXXX reais e XXXXXX centavos)**.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E VALIDADE

4.1. A Empresa Contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Contrato, na quantidade solicitada pela Administração, respeitado o limite legal, no **prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, a contar do dia subsequente ao do pedido formal de fornecimento – recebimento da Nota de Empenho.

4.1.1. Em casos excepcionais devidamente comprovados por meio de documentos apresentados pela Contratada, poderá ser concedida prorrogação dos prazos descritos nesta cláusula, observado o limite máximo do término do contrato.

4.1.2. A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser protocolizada no Protocolo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no Edifício Sede da ALRN, Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN, no horário de 8h às 15h de segunda a quinta-feira e de 8h às 13h na sexta-feira, ficando a critério do Gestor do Contrato a sua aceitação.

4.2. Os bens de consumo dispostos neste Contrato **deverão possuir, na data da entrega, prazo de validade restante correspondente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do prazo máximo de**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

**validade do produto, impresso no rótulo**, tendo sempre como marco inicial a data da efetiva entrega do item à Contratante.

- 4.2.1. Durante o período de validade, a Contratada, independentemente de ser ou não fabricante do produto, obriga-se a substituir, sem ônus para a ALRN, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, a contar da notificação.
- 4.3. A entrega dos itens deverá ser realizada no **ALMOXARIFADO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, localizado na Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN, no horário das 08h às 15h de segunda a quinta-feira e de 08h às 13h na sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.3.1. Todos os itens devem ser entregues em perfeito estado, sem amassados, em embalagens que garantam a integridade física dos mesmos, nas condições e temperatura indicados pelo fabricante, separados por lote e prazos de validade.
- 4.4. O recebimento do material não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal da empresa por problemas causados durante o uso dos itens adquiridos, nem exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 4.5. **Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato** ou quando se verificar a falta de qualidade ou de segurança, devendo ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6. Os custos de substituição de itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada, sendo vedado à Fiscalização se responsabilizar pelo encaminhamento dos bens rejeitados, mesmo que seja por sedex a cobrar.
- 4.7. Os itens deverão apresentar a embalagem em perfeito estado (em embalagem original íntegra, com lacre de segurança, sem aderência ao produto e sem umidade), nas condições de temperatura exigida no rótulo. Todos os dados devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada material entregue. No ato de entrega será observado, para os bens que assim o exijam, o devido registro no órgão competente, bem como, a adequação técnica às normas estabelecidas pelos órgãos competentes, no que couber.
- 4.8. Os materiais devem ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário (o documento deverá estar disponível no carro de transporte) e atender as Boas Práticas de Transporte. O transporte do material deve ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante.
- 4.9. Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.
- 4.10. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN, de acordo com a seguinte forma:
- Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da ordem de compra; e
  - Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contado do atesto da respectiva Nota Fiscal, em conjunto com o recibo de que trata o Art. 73, §1º, *in fine*, da Lei nº 8.666/1993.
- 4.11. A liquidação do que fora contratado será processada mediante o atesto referido no subitem anterior, alínea b, em até 5 (cinco) dias corridos após sua realização.

---

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

---



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

- 5.1. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN, de acordo com a seguinte forma:
- Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da ordem de compra; e
  - Definitivamente**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da entrega do material pelo fornecedor.
- 5.2. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto ou sua divergência em relação ao exigido neste Contrato, no ato da entrega ou no prazo de garantia, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação pela fiscalização, sendo-lhe concedido igual prazo para retirada do material ou parte do que foi rejeitado, sem ônus para esta Assembleia Legislativa.

---

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

- 6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do atesto da Nota Fiscal, ou, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- 6.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.
- 6.3. A Nota Fiscal, acompanhada das certidões listadas abaixo, deverá ser apresentada no Almoxarifado no momento da entrega do material.:
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhista;
  - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;
  - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;
  - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (CONJUNTAS);
  - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- 6.3.1. Não estando em dia com as certidões negativas, a ausência das mesmas não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização fiscal.**
- 6.4. A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com CNPJ diverso do registrado no certame.
- 6.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

---

## **7. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALRN, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: XX.XXX

Função: XX



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

Sub-função: XXX

Programa: XXXX

Ação: XXXXXX

Elemento Despesa: X.X.XX.XX

Fonte de Recurso: X.XXX

Valor: R\$ XXXX,XX (XXXXX reais).

---

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/1993, a Contratada deverá:

- 9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato, no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.1.2. Manter a regularidade jurídica, econômica, financeira e fiscal e a qualificação técnica durante toda a execução do contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes no Contrato e no Edital de licitação;
- 9.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.4. Submeter-se à fiscalização da Contratante e designar preposto para atender as solicitações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na execução do contrato;
- 9.1.5. Informar imediatamente à Contratante as alterações de dados, como endereço, telefone e nome de representantes que possam influenciar na comunicação entre as partes;
- 9.1.6. Atender as convocações da Contratante, cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de contratos, seja para assinatura de aditivos;
- 9.1.7. Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou ordem de compra expedida pela Contratante, atendendo todas as condições previstas no Contrato e no Edital de licitação;
- 9.1.8. Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos;
- 9.1.9. O aceite/aprovação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Contrato verificadas posteriormente, garantindo-se a Assembleia Legislativa as faculdades previstas na Lei nº 8.078/1990;
- 9.1.10. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos;
- 9.1.11. Manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso;
- 9.1.12. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- 9.1.13. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 9.1.14. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou a terceiros, em razão de ação ou omissão,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

---

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATANTE deverá:

- 10.1.1. Emitir a Nota de Empenho;
- 10.1.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e dos Anexos;
- 10.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;
- 10.1.4. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela licitante Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a ALRN notificá-la sobre eventuais alterações destas condições;
- 10.1.5. Efetuar a gestão do contrato e exercer o efetivo acompanhamento da sua execução, recebendo o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Contrato;
- 10.1.6. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.7. Notificar a Contratada por escrito da observância de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades dos objetos fornecidos, fiscalizando a substituição deles dentro do prazo fixado;
- 10.1.8. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, quando necessário;
- 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;
- 10.1.10. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega do material, na forma do contrato;
- 10.1.11. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela Contratada, em conformidade com a legislação vigente.

---

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREPOSTO**

11.1. A Contratada designará o funcionário **XXXXXXXXXXXXXX**, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_ para representar a empresa e atender a todas as demandas, questionamentos e solicitações da Contratante junto a este instrumento contratual.

11.2. Se por algum motivo o funcionário que atua como preposto for desligado da empresa, esta enviará automaticamente nova indicação.

---

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. Constituem motivos para rescisão os descritos no art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93.

12.2. De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do contrato poderá ser:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

I – Por ato unilateral e escrito da Administração CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da mencionada lei;

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja convivência para a Administração;

III – Judicial.

**Parágrafo Único** – A decisão unilateral será precedida da concessão de ampla defesa e contraditório e admite recurso administrativo *a posteriori*, em processo específico de Apuração de Descumprimento Contratual.

---

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

13.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei, conforme o disposto abaixo.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar o retardamento da execução do objeto;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal.

13.3. Com fulcro no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, o órgão Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Norte pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão contratante à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não à penalidade de multa da alínea "b".

13.5. As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999 e a Lei Estadual nº 303/2005.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiáí, 481 - Tirol - Natal/RN**

13.6. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" poderão ser interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

13.7. No caso das penalidades previstas na alínea "d" do item 13.2, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados anteriormente.

---

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O servidor \_\_\_\_\_, Matrícula: \_\_\_\_\_ será fiscal titular e \_\_\_\_\_, Matrícula: \_\_\_\_\_ será fiscal substituto para exercer a fiscalização do contrato, que registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

14.3. A Divisão de Contratos e o fiscal designado serão estabelecidos todos os contados durante a execução do contrato, nos termos da legislação aqui citada.

14.4. O servidor ou Comissão designado pelo Secretário titular da Pasta, para funcionar como gestor contratual referido no item anterior, conforme seja o caso, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do respectivo contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Divisão de Contratos ou do servidor designado pelo titular da Pasta para funcionar como fiscal contratual deverá ser solicitado ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

14.6. A fiscalização exercida no interesse do ÓRGÃO CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços e, sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

---

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

15.1. O prazo de vigência do presente Contrato terá início na data de sua assinatura, com encerramento em XX de XX de 201X.

---

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

---



Proc. 13.747/2018

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Assembleia Legislativa - Prédio Anexo**  
**Rua Jundiá, 481 - Tirol - Natal/RN**

16.1. As partes elegem o foro da cidade de Natal/RN, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste contrato de cessão.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato emitido em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Palácio "JOSÉ AUGUSTO", Natal, **XX/XX/XXXX**.

---

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE**  
DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PRESIDENTE  
CONTRATANTE

---

**XXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXX** – REPRESENTANTE  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

<b>PUBLICADO NO BOLETIM:</b>
----------------------------------

<b>DATA:</b> __/__/____
-------------------------

<b>Página:</b>
----------------